

Paternidade: repercussões e desafios para a área de saúde

Aline de Carvalho Martins

Resumo

No presente artigo pretendemos discutir a questão da paternidade e sua articulação com o campo da saúde, revendo a relação do homem no cuidado com seus filhos. Procuramos destacar a importância desta participação na vida das crianças e do próprio homem. Apontamos ainda algumas dificuldades encontradas pelos homens para a participação no cuidado junto aos seus filhos no âmbito da política de saúde e finalizamos resgatando como os profissionais de saúde podem fortalecer esta relação.

Palavras chave

Paternidade. Saúde. Crianças.

Abstract

In this article we intend to discuss the issue of paternity and its articulation with the health field, reviewing the relationship of man in the care of their children. We stress the importance of participation in the life of children and the man himself. Point out some problems encountered by men to participate in care with their children in the context of health policy and finalized as recovering health professionals can strengthen this relationship.

Keywords

Fatherhood. Health. Children.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a paternidade vem ganhando espaço no meio acadêmico brasileiro, a partir de uma nova ótica dos estudos de gênero. Durante a década de 1960 – com a efervescência dos movimentos feministas – os estudos orientavam suas análises para os motivos estruturantes das desigualdades entre os sexos e para os mecanismos de superação destas desigualdades pelas mulheres (MARTINS, 2007b). Algumas perspectivas mais simplistas limitavam-se a denunciar o papel do homem como algoz, não procurando analisar a maneira como este se inseria em um contexto social e, principalmente, na educação dos filhos.

Posteriormente, esta tradição foi questionada, ganhando destaque a processualidade relacional e o conjunto de atribuições que estavam socialmente associados ao masculino e ao feminino em uma dada sociedade, como o núcleo organizador de toda uma cultura humana (VILELLA; ARILHA, 2002), bem como a importância de articular as desigualdades de gênero com outras desigualdades constitutivas das relações sociais, como a desigualdade racial ou de classe (VELOSO, 2007).

Foi esta nova perspectiva que possibilitou o desenvolvimento de estudos que procuravam compreender e analisar a vivência do homem no contexto social a partir de sua própria ótica e discurso, avaliando ainda as ‘desvantagens’ inerentes à forma tradicional de vivência masculina nas sociedades ocidentais (BARKER, 2000; NOLASCO, 1997). Em consequência deste fato, diversos estudos foram produzidos na área das ciências sociais, psicologia e nutrição, buscando identificar as vivências e os sentimentos paternos junto à sua prole e avaliar o impacto desta participação na vida do próprio homem, de seu filho e

na sociedade (MARTINS, 2007^a; THURLER, 2006; SILVA; PICCININI, 2007; FALCETO et al, 2008; ORLANDI; TONELLI, 2008). De maneira resumida, pode-se dizer que os estudos sobre o tema concluem que a participação do homem na vida dos filhos trás repercussões positivas na vida deles e de seus filhos, porém, o exercício da paternidade ainda encontra dificuldades concretas cotidianas que se expressam em leis que não vem considerando a importância destas relações (vide como exemplo a diferença entre as licenças paternidade e maternidade), nas jornadas de trabalho a que muitos homens estão expostos e que dificultam uma participação mais efetiva na vida dos filhos (SILVA; PICCININI, 2007), no desejo de muitos homens em manter uma participação seletiva no cuidado dos filhos, que garanta a manutenção da hierarquia de gênero (THURLER, 2006; MARTINS, 2007a), na importância do comportamento feminino para o exercício da paternidade (SILVA; PICCININI, 2007; MARTINS, 2007a) e nas dificuldades postas em espaços institucionais, particularmente na área de saúde (PONTES; ALEXANDRINO; OSÓRIO, 2008; CRUZ, 2002; CARVALHO, 2001).

A partir destas considerações o presente texto pretende, a partir de uma revisão não sistemática da literatura, refletir sobre a importância deste fenômeno e sobre as possibilidades de estímulo à participação paterna dos espaços de saúde.

2. PATERNIDADE: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL, HISTÓRICA E CULTURAL

A relação de cada homem com o exercício da paternidade é uma unidade complexa entre elementos singulares, individuais, sociais, subjetivos e objetivos. Deste modo, admitir as possibilidades de um papel pró-

prio para o homem nas relações com seu filho, exige o repensar das relações sociais e de poder que se exercem no cotidiano e reforçam a desqualificação da figura paterna, sobrevalorizando as ações maternas no trato com as crianças (VILLAS, 1999). Admitir a possibilidade de que os homens possam desenvolver uma especificidade masculina no processo de educação dos filhos, implica em desconstruir abordagens equivocadas que tratam o homem sempre como o algoz na relação de paternidade, abrindo possibilidades para que este possa ser protagonista nos processos de cuidado infantil (MEDRADO, 1998). Implica em reconhecer o lado positivo e o comportamento cuidadoso de vários homens e o potencial deles para adotar atitudes mais igualitárias, respeitadas e cuidadosas em seus relacionamentos (BARKER, 2003). Como se trata de uma realidade multifacetada, esta experiência pode congrega diferentes e singulares maneiras de expressão.

Atualmente, vivencia-se novas formas de exercício da paternidade. Estas novas configurações, no entanto, não podem ser entendidas e analisadas de maneira autônoma, mas como fruto de um conjunto de transformações históricas sociais, culturais e de gênero. Um destes fatores, por exemplo, é creditado às transformações existentes no âmbito da família, que passa a assumir de maneira mais direta os cuidados com as crianças pequenas (SARAIVA, 1998). Se em épocas anteriores as crianças eram entregues aos mestres ou às amas, e conviviam exclusivamente com eles durante muitos anos; ao longo dos tempos a família passou a assumir os seus cuidados, mesmo que, para isso contasse com contri-

buições de outros atores. A construção do modelo nuclear de família (que persiste ainda hoje, ao menos enquanto um valor) e as repercussões nos padrões de relacionamento afetivo advindos desta alteração propiciaram um novo lugar para as crianças dentro das famílias e novas formas de compreensão do desenvolvimento infantil (idem, *ibidem*).

Se a família é um âmbito importante para pensarmos as alterações nos cuidados com a criança, há que se ressaltar que esta foi também influenciada pelas novas relações econômicas empreendidas pelo modo de produção capitalista no fim do século XIX e início do século XX que proporcionaram importantes redefinições no âmbito público/privado, impondo novas relações de gênero e redefinição dos papéis masculinos na sociedade.

Não é difícil supor o quanto a participação ativa da figura paterna é importante nesse processo. Com o afastamento de um número cada vez maior dos componentes da família do âmbito doméstico para o mercado de trabalho, é importante que a qualidade deste relacionamento com as crianças seja profundo o suficiente para que esta mantenha o sentimento de pertencimento (RIZZINI, 2001). Esta alteração cria uma contradição clara nos dias de hoje: um reconhecimento importante das necessidades afetivas e socializadoras das crianças, em contraponto a uma redução do tempo de convivência entre pais e filhos, gerado pelas imposições do mundo do trabalho¹.

Em que pese a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho, esta ainda é, de fato, a principal responsável pelos cuidados com a criança na maioria das famí-

1. Estes relacionamentos tendem, inclusive a ficar mais fragilizados em contextos de desemprego, on-

lias brasileiras (FALCETO *et al*, 2008), expressando ainda uma hierarquia de gênero nas práticas cotidianas.

Em uma pesquisa anterior (MARTINS, 2007a) sobre os discursos paternos identificamos, que os homens reconhecem o exercício da paternidade para além do papel de provedor e desejam uma reação mais próxima da vida de seus filhos, com destaque para uma valorização das atividades afetivas, interativas e companheiras junto aos filhos incluindo o diálogo e participação no lazer cotidiano. Entretanto, se o modelo de provedor não aparece de maneira exclusiva no ideário masculino de paternidade, este ainda permanece como um elemento fundamental na constituição do imaginário de paternidade no Brasil (MARTINS, 2007^a; FAUSTINO; COELHO; SILVA, 2007; SIQUEIRA *et al*, 2002), associados à questão da responsabilidade/respeito e da construção de uma família como elementos fundamentais na análise do homem do seu próprio sucesso no papel de pai.

A despeito destes diversos avanços - e de nos discursos os homens afirmarem desejar práticas equânimes de cuidados junto aos seus filhos - estes, em suas práticas cotidianas, buscam conjugar uma participação mais próxima e efetiva na vida de seus filhos com privilégios de gênero historicamente firmados. Assim, ainda persiste a tendência masculina em reconhecer as mulheres como protagonistas das decisões sobre reprodução. O fato de muitos homens avaliarem a responsabilidade sobre a concepção/contracepção como exclusivamente feminina e considerar como falhas da mulher os

insucessos porventura existentes neste momento, parece ser um elemento que contribua para um entendimento de que o cuidado infantil é uma atividade fundamentalmente feminina. Se os homens não se sentem com responsabilidades iguais às das mulheres no ato de gerar uma criança, avaliam - conseqüentemente - que sua participação no cuidado com a prole não deve se efetivar com a mesma intensidade que a da mulher, se este assim desejar (MARTINS, 2007a).

Neste estudo, três elementos apresentaram-se como fundamentais para o tipo de exercício da paternidade: O primeiro destes foi o mundo do trabalho, que, para a maioria consistia em uma carga horária importantíssima, principalmente se fosse somado ao tempo de trabalho, o deslocamento e os trabalhos informais realizados no fim de semana em virtude da renda insuficiente de seus empregos. Os homens citaram ainda o excessivo cansaço em virtude das taxas intensivas de exploração a que são submetidos, o que os colocava com pouca energia para desejar de fato, dedicar-se ao filho após o expediente (MARTINS, 2007a).

O segundo elemento apontado pela pesquisa como determinante da relação que o homem iria ter com o seu filho era a atuação das mulheres (seja a atual companheira ou a mãe dos outros filhos) incentivando ou desmotivando o contato destes com os filhos. De fato, todos os homens que tinham filhos de outra união afirmavam que, caso a primeira companheira não desejasse o contato deste com os filhos este seria efetivamente dificultado. O mesmo aconteceria ainda se a companheira atual colocasse

de, principalmente o homem, deixa de ter reconhecido o seu papel de provedor e passa a lidar com o estigma da inutilidade posto aos que não produzem dentro do sistema capitalista. Este movimento, ao invés de aproximar, tende, em geral, a afastar o homem do convívio positivo com as crianças.

impedimentos em relação ao contato com os filhos estes eram diminuídos, como uma forma de não lhe contrariar. Assim, os filhos de homens em segunda união podem ter o seu vínculo de pertencimento ameaçado no tecido familiar em virtude desta nova união, como forma de lealdade masculina à nova esposa/companheira, não impondo a ela – se esta assim não desejar – a convivência com estas crianças.

O último dado apresentado que explica esta contradição entre a paternidade idealizada e a efetivamente praticada é o fato de uma parte muito expressiva dos entrevistados ter declarado que vivenciou uma relação ruim ou distante com seu próprio pai durante a sua infância. De fato, para eles parecia difícil implantar uma rotina de cuidados que eles próprios não conseguiram vivenciar (*idem, ibidem*). Esta assertiva é corroborada por Freitas, Coelho e Silva (2007), quando afirmam que a relação que o homem com seus filhos dependem do que ele viveu com seu próprio pai no passado, uma vez que esta será a referência de cuidados e afeto.

Outro estudo que aponta para a manutenção da hierarquia de gênero nos processos de cuidado das crianças e da influência da mulher nesta relação foi realizado por Falceto *et al*, (2008) analisando pais de um bairro de camadas média-baixas e pobres em Porto Alegre, cujas famílias tinham um lactente com até quatro meses de vida. Esta pesquisa constatou que os pais de 13% dos lactentes não tinham qualquer contato com os seus filhos e que mesmo nos casos em que o casal coabitava, 33% dos homens afirmava não participar ativamente dos cuidados de seus filhos. Para os autores, a existência de uma relação conjugal considerada problemática e o não exercício de atividade laborativa por parte da

mulher contribuem para a falta de envolvimento dos pais no cuidado com os filhos.

Ainda resgatando uma hierarquia de gênero que persiste na atualidade, Thurler, (2006) analisando pais “desertores” estima que 25% das crianças brasileiras não sejam reconhecidas pelo pai em seu Registro Civil de Nascimento. Thurler (*op cit*), analisa o fenômeno como uma reconfiguração da sociedade patriarcal, à medida que ao homem fica facultado escolher ou não ser pai de seus filhos em duas dimensões: a sócio-afetiva e a formal-legal, que são importantes para a cidadania da criança, do pai e da mãe. Para a autora, o não reconhecimento paterno expressa um descompromisso de proteção vertical (aquela que existe para com o descendente) e do compromisso horizontal de cuidado (que existe junto com a mãe-mulher) por parte do homem.

Se alguns estudos vêm relatando que ainda persistem na atualidade traços de antigas formas do exercício da paternidade, novas relações entre pais e filhos também existem e são observadas em suas especificidades. Silva e Piccinini (2007), em um estudo junto a pais casados e com alta escolaridade, que efetivamente participavam dos cuidados de seus filhos, informavam que os mesmos se sentiam felizes em seus papéis de pais, orgulhosos de seus filhos e satisfeitos com suas esposas. Ainda assim, a autora retoma que a Jornada de trabalho vem constituindo para muitos um elemento limitante para o cuidado e que os homens – mesmo que satisfeitos – ainda se consideram distantes de uma paternidade ideal.

Como se pode observar, a literatura sinaliza que, apesar de mudanças importantes e expressivas, os traços de uma paternidade ausente ou seletiva, ainda se manifestam. Evidentemente, não se trata de uma questão cristalizada. A participação do ho-

mem na vida dos filhos pode ser estimulada com políticas públicas que promovam e incentivem este cuidado e com práticas cotidianas desenvolvidas em diferentes áreas (saúde, educação, trabalho), que possam agregar valor neste sentido.

O estímulo ao exercício da paternidade no plano político obteve reconhecimento internacional recentemente, com a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994 e a Conferência Mundial da Mulher, em 1995, na China. Estas iniciativas enfatizaram a responsabilidade masculina no exercício da paternidade, sexualidade, saúde reprodutiva e a participação ativa destes nos cuidados com suas famílias, em uma perspectiva de igualdade de gênero.

Apesar do Brasil estar representado em ambas as conferências, neste país, a atenção à paternidade se expressa de maneira bastante frágil. São tímidas as garantias políticas que primam por um reconhecimento público destas práticas. A título de exemplo, cabem destaques referentes à pequena licença paternidade (garantida pela Constituição Federal) com duração de cinco dias e na garantia de afastamento do trabalho dos servidores públicos - independente do sexo - para acompanhamento de filhos doentes. Não existe nenhuma garantia legislativa para o homem acompanhar o pré-natal de seus filhos ou para aquele que não é servidor público em fazer-se presente nas consultas pediátricas, ou mesmo durante a internação de seus filhos.

Esta ausência de políticas públicas que reconheça e valorize a paternidade remete a um re-exame importante no campo das masculinidades (MARQUES, 2000), pois os

homens ainda convivem com representações e pressões sociais que muitas vezes o identificam somente como provedor, desconsiderando outras dimensões da paternidade. Além disso, há a ausência da problematização e preparação dos homens para a paternidade, a partir de novos moldes.

Loewestein e Barker (1998) demonstram que meninos e rapazes de comunidades carentes do Rio de Janeiro não passam por nenhum treinamento ao longo da vida para se tornarem pais. Eles não têm espaço para falar de paternidade, sexualidade ou questões emocionais o que os deixa sem modelo para o exercício de uma paternidade afetiva. A maioria dos jovens do sexo masculino percebe a figura do pai como irrelevante para a criação e educação dos filhos. A mãe é a principal referência educacional. O modelo paterno que conhecem é muito frágil ou negativo. Mas mesmo entre esse grupo há aqueles com atitudes progressistas, que se permitem ser mais sensíveis, (...) Estes demonstraram ter uma relação com um parente ou amigos da família que teria servido de modelo, evidenciando a importância destas relações estabelecidas como modelo positivo ou negativo para os jovens (CRUZ, 2002, p. 22).

Um workshop realizado em Recife/PE ressaltou a importância da necessidade de uma reflexão aprofundada sobre a noção de 'cuidado'. Os homens não parecem ter como referencial de masculinidade o cuidado consigo mesmo ou com outrem², de modo que o envolvimento ativo e a responsabilidade com o conjunto das necessidades das crianças parecem ainda estar fora do imaginário social de muitos homens (FUNDAÇÃO MAC ARTHUR, 2000).

2. Não se pode esquecer que *'... os homens são educados, desde cedo para responder a expectativas sociais, de modo proativo, em que o risco não é algo a ser evitado, mas superado cotidianamente. A no-*

Além disso, a ausência de capacitação do pai no cuidado com filho e a desqualificação de sua capacidade para realizar tal tarefa com sucesso não deve ser esquecida. Com frequência o homem acredita não ser capaz de cuidar de seu filho³ e, mesmo em contextos em que trata-se do primeiro filho do casal, considera a mãe a figura mais adequada a exercer este papel. Considerando-se a diminuição do tamanho das famílias (RIZZINI, 2001) muitas vezes, a mulher possui a mesma ausência de contato com crianças pequenas que o homem. Entretanto, firma-se socialmente sua capacidade como cuidadora e a incompetência masculina neste âmbito como inatas.

O exercício de uma paternidade mais próxima implica numa revalorização pelos homens das tarefas de cuidar e na integração destas à representação de masculinidade e paternidade. Caso não o façam permanecem entendendo-as como tarefas femininas de menos valor. Por outro lado, as práticas de cuidados na paternidade estão diretamente vinculadas às possibilidades de cooperação e complementaridade da participação masculina e feminina, necessitando também de novas posturas das mulheres com relação à paternidade (CARVALHO, 2001, p. 45).

Carvalho (2001) afirma com base em Villa (1999), que é necessário pensar formas de paternidade que não sejam cópias da maternidade e sim questões específicas colocadas por eles em relação à vida e ao desenvolvimento de suas crianças.

Esta questão nos remete à existência de um novo modelo de paternidade, que possibilita ao homem uma participação ativa na educação/criação dos filhos (CRUZ, 2002). Neste sentido, a visão de pai seria a de um homem capacitado a exercer um relacionamento paternal com maior qualidade, caracterizado, pela afetividade, envolvimento direto, maior presença e responsabilidade na criação do filho superando a concepção tradicional de provedor/protetor que baseava seu relacionamento na coerção e autoridade (SILVA; PICCININI, 2007; CRUZ, 2002; MARTINS, 2007^a).

A qualidade e a intensidade de participação variam de acordo com a maneira de ser e o estilo de vida levado por cada pai (CARVALHO, 2002) bem como pelo já citado grau e intensidade da relação que este possui com a mãe do seu filho (MARTINS, 2007^a; FALCETO *et al*, 2008) e não pela renda (CRUZ, 2002) ou pelo grau de escolaridade de cada um. Isso por que, o ser humano é um somatório das diversas determinações que interagem com ele ao longo da vida (MARX, 1989) e não se pode creditar um único aspecto como definidor da cultura de cada um.

3. RELACIONAMENTO ENTRE PAIS E FILHOS: QUAIS AS VANTAGENS EXISTENTES?

Algumas pesquisas (BARKER, 2000; UNICEF, 2001; ONU, 2000) demonstram que a participação dos homens na vida dos filhos apresenta aspectos positivos tanto para o pai quanto para a criança. Apontam que para os

ção de auto-cuidado dá lugar a um estilo de vida destrutivo, a uma vida, em diversos sentidos, vulnerável' (Medrado et al, 2000:14)

3. Este é um mito muito reforçado pelos meios de comunicação, que quase sempre apresenta um pai desajeitado para os cuidados com a criança.

homens, as principais vantagens, existentes quando estes se envolvem nos cuidados dos filhos, são o desenvolvimento de "...competências como emoções, receptividade, empatia e compaixão, sentimentos estes fundamentalmente experimentados por mulheres (...) Tais sentimentos possibilitariam às crianças os benefícios de uma relação afetiva mais próxima" (ENGLE; BREAUX, *apud* LYRA, 1998, p.187).

Há ainda a compreensão da contribuição e do carinho na construção da autoestima infantil, o desenvolvimento de uma contribuição positiva na vida dos filhos, que sobrepõe a questão do provedor ou do disciplinador – historicamente firmada – bem como uma maior satisfação com a situação conjugal (UNICEF, 2001).

A experiência da paternidade permite ao homem vivenciar mudanças internas, na sua estrutura emocional, aumentando seu sentimento de responsabilidade, continuidade, plenitude (CRUZ, *op. cit.*). O novo modelo de pai permite que o homem possa redefinir sua vivência na sociedade (NOLASCO, 1997). Romper com os parâmetros tradicionais, na construção de um novo modelo para a vivência da masculinidade permite ainda um alívio das frustrações impostas quando o homem não consegue alcançar o ideário de sucesso masculino imposto pela sociedade (*idem, ibidem*).

De fato, os cuidados ministrados certamente impõe a muitos pais (homens) dedicação e sacrifícios; entretanto, estes são elementos importantes para a criação de sentimentos de vínculo e apego (KLAUS; KENNEL, 1992), para a proteção, sobrevivência, saúde e qualidade de vida da criança.

Para as crianças, a participação do pai em suas vidas as torna fisicamente mais saudáveis, emocionalmente mais seguras e mentalmente mais perspicazes, com melhor

desempenho em testes de inteligência (UNICEF, 2001) e a manutenção do sentimento de solidariedade humana, pertencimento social e igualdade, que são essenciais para o seu bem estar (ONU, 2000).

A participação do homem na vida da criança é fundamental para o seu desenvolvimento. Ela começa antes mesmo do bebê nascer, pois as atitudes do pai em relação à mulher grávida contribuem para que esta aceite ou rejeite sua gravidez (MALDONADO, 1985) Quando o homem participa efetivamente neste processo, criam-se condições de bem estar para todos os envolvidos (FAUSTINO; COELHO; SILVA, 2007), repercutindo no cuidado que esta tem com as crianças. O homem oferece condições para a construção de um suporte afetivo que será importante à formação das identidades das crianças e à construção de relacionamentos familiares menos baseados na hierarquia entre os dois sexos, o que facilitaria a construção futura de relações mais igualitárias.

O vínculo construído entre um adulto e uma criança é fundamental para o desenvolvimento e sobrevivência desta, já que são muitos os sacrifícios que o adulto tem que realizar em sua vida para prestar uma assistência à criança (CARVALHO, 2001).

Fortalecer o envolvimento dos homens com seus filhos pode ser um importante mecanismo de prevenção da violência doméstica, bem como uma forma de garantir a manutenção do vínculo com os filhos após a separação do casal.

Contribuir com este novo enfoque, pressupõe considerar os homens como sujeitos deste processo e convidá-los a refletir sobre sexualidade responsável e suas conseqüências (VILLA, 1999).

4. A SAÚDE E SUA INTERFACE COM A QUESTÃO DA PATERNIDADE

Considerando estas reflexões, a área da saúde pode constituir-se como um espaço privilegiado tanto para o reforço de um relacionamento entre pais e filhos, bem como para o desenvolvimento de estudos que agreguem conhecimento sobre os discursos e a vivência da paternidade no cotidiano masculino e infantil.

A área da saúde poderia potencialmente contribuir para o estímulo à realização das novas formas de interação entre o homem e o seu filho. Contudo, contraditoriamente se apresenta como uma das áreas que mais reforça a responsabilidade feminina no cuidado com as crianças e afasta o pai interessado em participar deste processo.

Esta observação é confirmada no estudo de Carvalho (2001) ao analisar a participação do pai no nascimento de seus filhos em maternidades públicas do município do Rio de Janeiro, destacando a existência de resistências institucionais que dificultam a participação do pai neste momento da vida do bebê. Nos casos em que o homem participa, em geral, é devido ao entendimento do mesmo como suporte emocional para as mulheres, sem serem consideradas as suas vivências em torno da paternidade. A autora aponta que a grande maioria dos serviços públicos de pré-natal e maternidade na América Latina e Brasil, não considera os homens em suas práticas, comprometendo-se somente com os papéis tradicionais de gênero. Desta maneira, reforçam o afastamento dos homens dos cuidados

com os filhos, ignoram as transformações sociais relativas à paternidade em voga e contribuem para um sobrecarga feminina. Os pais ainda são vistos como visitas nas maternidades; sua experiência, dúvidas e temores são desconhecidos, e por isso não são vistos como demandas e nem são atendidos pelos serviços de saúde. A assistência prestada aos pais não vem considerando a importância da formação de vínculos precoces entre pais e filhos (*idem, ibidem*).

Deste modo, fica evidente em grande parte dos serviços públicos de saúde a lacuna de informações que existe a respeito da importância da participação do pai na vida de seus filhos⁴. Muitas vezes, a retórica valoriza a sua presença, entretanto, não existe como contrapartida a oferta de saberes conhecimentos e práticas que efetivamente o incluam neste processo. Muitos profissionais não se sentem à vontade com a presença do pai, apresentando dificuldades para incluí-lo no serviço. Os principais percalços alegados referem-se às normas institucionais, inadequação do espaço físico, sensação de invasão da família no trabalho da equipe, o entendimento do espaço hospitalar como feminino, risco de aumento da infecção hospitalar (CARVALHO, *op. cit*). Apesar disto, a autora constatou que nos serviços em que a presença do homem junto aos seus filhos foi permitida, os pais participam significativamente e afirmaram gostar desta experiência. Mesmo assim, eles relataram que não conseguiram fazer suas perguntas e não se sentiram à vontade para participar das consultas de seus filhos. Os pais, muitas vezes não permanecem na sa-

4. Freitas, Coelho e Silva (2007) apontam que mulheres gestantes e puérperas revelam que o distanciamento dos homens deste processo gera nelas sentimentos de solidão e de vazio. Estes sentimentos tendem a ser acentuados pela falta de espaços para que os homens participem deste processo desde o pré-natal.

la de parto ou no consultório por exigência de alguns membros da equipe, ficando clara a relação hierárquica estabelecida no relacionamento entre os profissionais de saúde e os pais. O fato é que "... o pai ainda é visto principalmente como o acompanhante, pois o sistema ainda está longe de proporcionar um atendimento (...) voltado para a família..." (CRUZ, 2002, p. 85).

Importante ressaltar que, mesmo quando existem medidas legislativas que poderiam garantir a participação masculina no cuidado com a criança, estes tendem na prática a serem embaraçados. O melhor exemplo é o da lei 11.108 de 7 de abril de 2005, que garante acompanhamento no parto, escolhido pela parturiente no pré-parto, parto e pós-parto imediato. Esta lei, que já é uma realidade nas maternidades privadas, vem encontrando resistências nos serviços públicos de saúde. Muitos serviços públicos de saúde vêm apresentando exigências não comportadas pela lei, como o acompanhante do sexo feminino, ou simplesmente impedindo o acompanhamento dos partos cirúrgicos sob a alegação do risco de aumento da infecção ou espaço físico inadequado. O curioso é que muitos hospitais de ensino que apontam a presença do pai como risco para infecção, possibilitam a presença de mais de quinze profissionais presenciando partos cirúrgicos quando o caso clínico é considerado academicamente relevante, apesar de muitos deles não estarem participando da assistência efetiva ao parto.

As dificuldades do homem em participar do parto também são descritas em outras pesquisas. Pontes, Alexandrino e Osório (2008), em um estudo descritivo com 17 casais moradores de favelas em Recife, trazem o relato de um pai que informava ter sido "barrado" na porta da maternidade, tendo que aguardar o nascimento do fi-

lho longe do local onde o parto aconteceu. As autoras afirmam que estas dificuldades se manifestam desde o período gestacional onde alguns pais encontraram embaraços ou não foram estimulados a participar. Tais questões permanecem após o nascimento dos bebês, quando os profissionais de saúde encontram dificuldade em proporcionar um ambiente acolhedor para o pai, nas questões da amamentação.

Como se pode perceber, ainda persistem por vezes, práticas que, longe de proporcionar espaços para o delineamento de novas relações de gênero, terminam por reproduzir o binômio clássico de pai-provedor e mãe-cuidadora ignorando as potencialidades de trabalhos pautados por uma outra orientação, que possam contribuir inclusive com o aumento da equidade de gênero. A seguir, pretendemos elencar algumas iniciativas - algumas que já existem e precisam ser cada vez mais reconhecidas e divulgadas; outras que ainda necessitam ser implementadas - capazes de contribuir com a inclusão do homem neste processo, valorizar a equidade de gênero e sua participação na vida da criança, a partir do entendimento deste como sujeito nos campos de gênero, sexualidade, reprodução e paternidade.

5. UM CAMPO CHEIO DE POSSIBILIDADES...

A atenção junto aos homens necessita ser viabilizada em uma perspectiva integradora e socializadora de direitos e informações. Avaliar, portanto, o pai como uma referência fundamental para o desenvolvimento da criança, implica em reconhecer e estimular seu envolvimento direto com o filho, o que aponta para a necessidade de sua capacitação nesses cuidados, já que esta é uma habilidade aprendida so-

cialmente. Por isso, pais necessitam de sistemas de suporte que os instrumentalizem nas questões de desenvolvimento infantil e valorizem suas relações com as crianças. “Ajudar os pais (homens) a se sentirem positivos sobre eles mesmos, sobre suas habilidades no cuidado com as crianças, pode aumentar sua motivação para dedicar mais tempo a elas” (CARVALHO, 2001, p. 25).

Este movimento deve ser estimulado desde o planejamento familiar, pois um efetivo acesso do homem a serviços e reflexões no âmbito da saúde sexual e reprodutiva pode contribuir para a inclusão destes nos cuidados gerais com a criança (em detrimento de uma participação seletiva) bem como aumentar sua responsabilidade no planejamento de novas gestações.

Orlandi e Toneli, (2008) em um estudo junto a adolescentes pais, apontam a dificuldade que estes possuem em negociar com a parceira o uso de contraceptivos, ressaltando a importância de políticas públicas voltadas para a saúde sexual e reprodutiva dos jovens. Nesse sentido, há que se debruçar em uma reflexão sobre a importância do planejamento familiar enquanto um direito social que deve ser promovido para que os sujeitos possam decidir de maneira autônoma sobre o número de filhos que desejam ter e qual o espaço ideal entre uma gestação e outra (Leite *et al*, 2003), sem esquecer que esta responsabilidade compete ao homem, à mulher e ao casal (Brasil, lei 9.623/96).

Quando a relação com os profissionais de saúde se inicia já com a gravidez em curso o trabalho pode ser potencializado quando inicia-se com uma escuta sobre a história da constituição daquela família, dos projetos de vida de cada um de seus pais, a fim de que possa ser identificada a intensidade dos vínculos com o bebê a dis-

ponibilidade nos cuidados com ele. Mesmo nos casos em que este vínculo não é inicialmente muito positivo, pode-se buscar mecanismos para fortalecer e reconstruir essas histórias, proporcionando, assim, condições para que se estabeleçam outros referenciais de relacionamento. Freitas, Coelho e Silva, (2007) refletindo sobre o processo de gestação como um processo preparatório para o exercício das funções materna e paterna, observam que quanto mais fortes forem os laços entre pais e filhos na gravidez, melhor será o exercício da paternidade após o nascimento da criança. Ainda de acordo com as autoras, a participação paterna durante a gravidez se reflete na qualidade de vida do casal, porém, para que o homem sintase pai antes do nascimento do filho, é necessário que a gravidez já tenha se constituído enquanto projeto passado, ainda que sua efetivação estivesse planejada para outro momento. (*idem, ibidem*).

O estímulo à presença do homem no contato cada vez mais precoce com seu filho e de sua participação em momentos significantes da vida da criança (como o parto, o “corte” do cordão umbilical e o primeiro banho) favorecem a integração entre pai e filho e podem ser realizados nas atividades de saúde durante todo o ano e não só em datas comemorativas, como o “Dia dos Pais” (MARTINS, 2007^d). Tais ações, fortalecem o reconhecimento da capacidade paterna na promoção do desenvolvimento, garantia de proteção e no exercício dos cuidados junto à prole; estimulando no homem a capacidade de identificar as necessidades da criança e atende-las de maneira carinhosa, contribuindo, assim, sua inserção no âmbito do cuidado integral.

A visualização de imagens de homens no exercício da paternidade a partir de um referencial próximo da realidade do público

atendido pela instituição, também pode estimular uma participação diferenciada. Esta assertiva é corroborada por Freitas, Coelho e Silva (2007), quando referem em seu estudo que a observação social e a convivência com outros modelos de paternidade próximos afetivamente dos filhos, pode influenciar atitudes de homens que ainda não desenvolvem uma relação neste sentido.

Estas ações podem favorecer o alcance de um maior grau de satisfação e segurança para enfrentar um momento de tantas mudanças como a chegada de uma criança, possibilitando inclusive, que os conhecimentos obtidos neste espaço de tempo sejam utilizados para os próximos filhos do casal ou mesmo que possam ser disseminados a outras pessoas com as quais a família tem contato. Este trabalho pode ainda gerar uma postura protetiva, que garanta à criança segurança e prevenção contra a violência doméstica. Nesse sentido deve-se destacar que o vínculo é importante também para o homem, uma vez que aqueles que não participam ativamente dos cuidados com o bebê sentem-se, em geral excluídos com as muitas horas que a mulher investe nos cuidados com a criança (CARVALHO, 2001).

Cabe ressaltar, entretanto, que o enfrentamento desta questão não se esgota na política de saúde, atravessando várias outras políticas. Portanto, para a discussão sobre o exercício de uma nova forma de pa-

ternidade, efetiva e afetiva, não pode prescindir de uma reflexão sobre desigualdade, pobreza, comprometimento do Estado, legislação e políticas sociais. A condição de classe exerce influência na possibilidade de uma interação de qualidade entre o homem e seu filho, existindo diferenças significativas que facilitam o exercício da paternidade em extratos médios da sociedade e dificultam seu exercício junto aos mais pobres.

É importante resgatar que ainda existe no Brasil uma cultura que não garante aos homens direitos para efetivamente fazerem-se presentes na vida das crianças. Ilustrativo são as longas jornadas de trabalho a que muitos são submetidos⁵, aliados ao não reconhecimento de um período de interação superior a cinco dias por ocasião do nascimento do seu filho (MARTINS, 2007^a).

O estímulo à participação paterna apresenta-se, portanto como uma questão complexa e multifacetada, que articula diversas áreas, opções políticas e escolhas individuais dos sujeitos. Porém, a contribuição dos trabalhadores da área da saúde é fundamental para a estimular a transformação desta realidade e a construção de novas relações de gênero na sociedade.

5. É fato que atualmente as mulheres também são submetidas à jornadas exaustivas de trabalho e tendem a ter atualmente um tempo de interação efetivamente menor com as crianças. Entretanto, o entendimento cultural do filho como responsabilidade da mãe, permite uma aceitação melhor no emprego de faltas que esta possa vir a ter em virtude dos filhos que não são propostas ao homem com a mesma qualidade. Licenças alternadas para homem e mulher, a exemplo da Suécia (Faria, 2002) podem tanto contribuir para a alteração deste quadro, quanto para a reversão da histórica diminuição salarial que as mulheres têm em relação aos homens no Brasil, uma vez que a esta é atribuído um absenteísmo maior em função do cuidado com os filhos.

Nota sobre a autora

Aline de Carvalho Martins é assistente social, doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Tecnologista em Saúde

Referências Bibliográficas

- ARILHA, M. Homens jovens, gênero e masculinidades In: MAC, A. *Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos*. [S. l]: Fundação MacArthur, 2000.
- BARBOSA, S. Machos, homens e masculinidades. Percursos, trajetos e caminhos com grupos de homens. In: MAC, A. *Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos*. [S. l]: Fundação MacArthur, 2000.
- BARKER, G. AIDS: O que os homens tem a ver com isso?. Disponível em: <<http://www.Promundo.org.br>>. Acesso em: 08 ago. 2009.
- BADINTER, E. *Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- _____. *Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90*.
- _____. *Lei Orgânica da Saúde - Lei, 8.080/90*.
- _____. *Lei do Planejamento Familiar - Lei 9.362/96*.
- CARDOSO, J. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, M, UNBEHAUN, M; MEDRADO, B. *Homens e masculinidades. Outras palavras*. São Paulo: ECOS, 1998.
- CARVALHO, M. *A participação do pai no nascimento da criança: as famílias e os desafios institucionais em uma maternidade pública*. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CRUZ, M. *O pai e a amamentação do filho. Um estudo exploratório com pais de classe média*. 2002. 102 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Mulher e da Criança) - Instituto Fernandes Figueira, FIOCRUZ, Rio de Janeiro.
- FALCETO, Olga G *et al* . Fatores associados ao envolvimento do pai nos cuidados do lactente. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 6, dez. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000600009-0&lng=pt&nr=iso>. Acesso em: 08 ago. 2009.
- FARIA, C. A. P. Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. 2002, v. 17, n. 48, p. 173-196.
- FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino e; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da. Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000100015&lng=pt&nr=iso>. Acesso em: 08 ago. 2009.
- FUNDAÇÃO MAC ARTHUR. *Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos*. [S.l]: Fundação MacArthur, 2000.
- LYRA, J. Paternidade adolescente: da investigação à intervenção. In: ARILHA, M (Org) *Homens e Masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- KLAUS, M.; KENNEL, J. *Pais/bebê: a formação do apego*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1992.
- MALDONADO, M. *Psicologia da gravidez*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARQUES, M. Editorial. In: MAC, A. *Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos*. [S.l]: Fundação MacArthur, 2000.

- MARTINS, A. *et al.* **Saúde reprodutiva para quem gera e quem é gerado: Análise do perfil das adolescentes usuárias dos serviços prestados pelo ambulatório de pré-natal e das acompanhantes de crianças internadas nas enfermarias de cirurgia pediátrica.** Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira, 2003(mimeo).
- MARTINS, A. C. **Significados e dilemas do exercício da paternidade entre pais em um hospital pediátrico no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, UFRJ, 2007a. Monografia (Especialização em Atenção Integral à Saúde Materno Infantil).
- _____. **Gênero, paternidade e práticas de saúde. Superando Desafios: Cadernos de Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto.** Rio de Janeiro: Visão social produções, 2007^b. p. 20-29.
- MARTINS, A. C. *et al.* **Direitos sexuais e reprodutivos: o empoderamento masculino e feminino em questão. Superando Desafios: Cadernos de Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto.** Rio de Janeiro: Visão social produções, 2007c. pág 47-56.
- MARTINS, A. C. **O profissional de saúde a inclusão do pai nos processos de cuidado neonatal: uma ação para a promoção de saúde da criança.** Rio de Janeiro: SOPERJ, 2007. v. 8, n. 1.
- MARX, K. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1989.
- MEDRADO, B *et al.* **Homens, por quê? Uma leitura da masculinidade a partir de um enfoque de gênero** *In:* MAC, A. **Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos.** [S.l]: Fundação MacArthur, 2000.
- MINAYO, M e SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição com complementaridade? Cadernos de saúde pública.** N. 9. p. 293-262, 1993.
- NOLASCO, S. **Masculinidade, em fim de século.** *In:* SILVA, D. **Saúde sexualidade e reprodução.** Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Comitê Preparatório del período extraordinario de sesiones de la Asamblea General sobre la infancia Un mundo apropiado para los niños (2000).** Disponível em: <<http://www.onu.org>>. Acesso em: 08 ago. 2009.
- ORLANDI, Renata; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. **Adolescência e paternidade: sobre os direitos de criar projetos e procriar.** *Psicol. estud.*, Maringá, v. 13, n. 2, jun. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 ago. 2009.
- PONTES, Cleide M.; ALEXANDRINO, Aline C.; OSORIO, Mônica M.. **Participação do pai no processo da amamentação: vivências, conhecimentos, comportamentos e sentimentos.** *J. Pediatr. (Rio J.)*, Porto Alegre, v. 84, n. 4, ago. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572008000400012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. 2009.
- RIZZINI, I. **Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais.** *In:* SOUZA, S; RIZZINI, I. **Desenhos de família. Criando filhos: a família goiense e os elos parentais.** Goiânia: Cãnone editorial, 2001 pág. 23-44.
- SARAIVA, E. **Paternidade e masculinidade: tradição, herança e reinvenção,** 1998. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SILVA, Milena da Rosa; PICCININI, Cesar Augusto. **Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo.** *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 24, n. 4, dez. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-1662007000400015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. 2009.
- THURLER, Ana Liési. **Outros horizontes para a paternidade brasileira no século XXI?.** *Soc.*

estado. Brasília, v. 21, n. 3, dez. 2006 .
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000300007&lng=en&nrm=iso>.
Acesso: em 08 ago. 2009.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação mundial da infância 2001**. Brasília: UNICEF, 2001.

VELOSO, Renato. Gênero e serviço social: um diálogo necessário. Superando Desafios: **Cadernos de Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto**. Rio de Janeiro: Visão social produções, 2007. p. 9- 19.

VILLA, A. Sexualidad, reprodución y paternidad: una introducción y análisis de la demanda social em las relaciones de género. *In*: SILVA, D. (Org) **Novos contornos do espaço social: gênero, geração e etnia**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

VILELLA, W. e ARILHA, M. **Sexualidade, ou das surpresas que o sexo nos reserva**. São Paulo, 2002 (mimeo).

RECEBIDO EM: 24/03/09

APROVADO EM: 24/07/09